

Contrato

Aquisição de Serviços Suporte, Manutenção e Otimização dos Sistemas Aplicacionais da Ordem dos Fisioterapeutas

Entre

Ordem dos Fisioterapeutas, pessoa coletiva nº 515877964, com sede no LEAP Center - Espaço Amoreiras, na Rua D. João V, nº 24 -1.03, 1250-091 Lisboa, representada pelo Bastonário, e Presidente da Direção, Professor [REDACTED] e pelo 1º Vice-Presidente da Direção, o Professor Doutor [REDACTED], com plenos poderes para o ato, adiante designado por Primeiro Outorgante,

E

DIGISTEP Unipessoal LDA, pessoa colectiva nº 516970801 com sede na Rua Juventude Azeitonense Lote 165, 2925-588 Azeitão representada por [REDACTED], NIF [REDACTED] e Cartão de Cidadão nº 1 [REDACTED] residente em [REDACTED], com poderes para o ato, de ora em diante designada por “Segundo Outorgante”,

(em conjunto designados por “Partes”)

É reciprocamente acordado e livremente aceite o presente Contrato de Aquisição de Serviços Suporte, Manutenção e Otimização dos Sistemas Aplicacionais da Ordem dos Fisioterapeutas, (de ora em diante designado por “Contrato”), na sequência da adjudicação

ao Segundo Outorgante, realizada no âmbito do Procedimento de Ajuste Direto 01-I/2024 (de ora em diante designada “Procedimento”), e que se rege pelo regime constante das seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O presente Contrato, nos termos e condições nele previstos, tem por objeto a Aquisição de Serviços de Suporte, Manutenção e Otimização dos Sistemas Aplicacionais da Ordem dos Fisioterapeutas, nos termos e condições descritos no caderno de encargos subjacente ao respetivo procedimento.

Cláusula Segunda

(Preço)

Pela celebração do presente Contrato, o Primeiro Outorgante paga ao Segundo Outorgante o valor global de 18.000 € (dezoito mil euros), acrescido de IVA à taxa legal de 23%.

Cláusula Terceira

(Forma de pagamento)

1. O pagamento será efetuado do seguinte modo:
 - a) 30% do preço total no ato da adjudicação,
 - b) 70% do preço total, em 12 pagamentos mensais durante a vigência do contrato.
2. O pagamento será realizado para o NIB/IBAN fornecido pelo segundo outorgante.
3. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte do primeiro outorgante, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida nos termos previstos no artigo 326º do CCP e da Lei nº 3/2010, de 27 de abril.

**Cláusula Quarta
(Deveres do Primeiro Outorgante)**

1. São deveres do Primeiro Outorgante:

a) Efetuar, nos termos do contrato a celebrar, o pagamento do preço contratual ao Segundo Outorgante;

b) Facultar ao Segundo Outorgante toda a documentação necessária à prossecução do objeto do contrato a celebrar;

c) Entregar todos os conteúdos e documentos necessários à prestação dos serviços definidos dentro do prazo acordado entre as partes, até ao dia 10 do mês seguinte, a que se reporta a informação.

d) Cumprir todos os demais deveres com a diligência adequada à execução das peças do procedimento a que está vinculado.

2. O Primeiro Outorgante declina qualquer responsabilidade por eventuais penalizações, impostas pelas autoridades de fiscalização por incumprimentos, que sejam imputáveis ao Segundo Outorgante.

**Cláusula Quinta
(Deveres do Segundo Outorgante)**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no Caderno de Encargos, são deveres do Segundo Outorgante assegurar serviços suporte, manutenção e otimização aos sistemas aplicativos da Ordem dos Fisioterapeutas com capacidade para responder às necessidades identificadas pela entidade adjudicante e interoperabilidade com outras ferramentas, heterogéneas em termos tecnológicos e de fácil integração, de outros agentes computacionais.

2. No que diz respeito aos serviços mínimos de suporte e manutenção, considera-se:

a) Suporte técnico através triagem de problemas reportado pela 1ª linha;

- b) Monitorização de todos os processos automáticos periódicos sendo os mais relevantes: Reconciliação automática de transações financeiras; Envio de emails de notificação de diferentes naturezas; Processos de manutenção de faturas pendentes; Processos de limpeza de ficheiros temporários.
 - c) Análise de logs aplicativos e eventuais alertas;
 - d) Apoio na execução de débitos diretos;
 - e) Apoio e otimização de tarefas referentes à base de dados;
 - f) Atualização de todas as frameworks;
3. Este serviço de suporte e manutenção é referente aos módulos aplicativos Backoffice, Formulário de Inscrição, Área de Membros, Portal RIFT, Processos internos - integração com OTRS, Processos internos - integração com Alfresco, Processos internos - integração com SIBS, Processos internos - integração com Invoice Xpress, Processos internos - reconciliação bancária, Processos internos - débitos diretos, modulo de suspensões, cancelamentos, caducados e Cpe, módulo de integração com ACSS/SPMS, módulo de integração com SCAP/ID.GOV, mimetização e Balcão Único.
4. Ao presente contrato, o prestador de serviços deverá apresentar uma cotação de 100 horas para otimização de processos ou pequenos desenvolvimentos com base nos seguintes pressupostos:
- a) A pedido do responsável dos sistemas de informação da Ordem;
 - b) Sugerido pelo prestador de serviço e validado pelo responsável dos sistemas de informação da Ordem
5. O prestador de serviços deve garantir que o Sistema de Informação aplicativo cumpra com os níveis de serviços de acordo com o mencionado no Caderno de Encargos
- 6.

Cláusula Sexta

(Local de Prestação dos Serviços)

1. A prestação dos serviços pelo Segundo Outorgante, ocorrerão nas instalações e no sistema informático do mesmo.
2. Sempre que se julgue necessário e por acordo entre as partes, algumas tarefas poderão vir a ser desenvolvidas nas instalações do Primeiro Outorgante, consoante se considere mais vantajoso na operacionalização do serviço a prestar.

Cláusula Sétima

(Encargos do Segundo Outorgante)

São da responsabilidade do Segundo Outorgante quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças bem como, caso o Primeiro Outorgante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, quaisquer dos direitos mencionados, ao Segundo Outorgante indemniza-o de todas as despesas e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula Oitava

(Penalizações)

Em caso de incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Primeiro Outorgante pode exigir do Segundo Outorgante o pagamento de uma pena pecuniária em montante equivalente a 0,5% do valor do contrato, por cada dia útil de atraso nos casos em que injustificadamente o Segundo Outorgante se atrase, até ao limite de 20% do valor contratual.

Cláusula Nona
(Sigilo e proteção de Dados)

1. O Segundo Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Primeiro Outorgante, de que possa vir a ter conhecimento no âmbito da execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas públicas.
5. Para efeitos da execução e ao abrigo do contrato, o tratamento dos dados pessoais encontra-se limitado, nos termos do artigo 6.º, n.º1, alíneas b) e c) do RGPD, a finalidades exclusivamente relacionadas com a execução do contrato ou com o cumprimento de obrigações jurídicas a que os Outorgantes estejam adstritos.
6. Os Outorgantes assumem a obrigação de estrita confidencialidade relativamente a todos os dados pessoais de que venham a ter conhecimento no âmbito do contrato, extensiva à informação a que os seus trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores tenham acesso, garantindo que os mesmos assumem um compromisso de confidencialidade.
7. Os Outorgantes apenas podem transmitir dados pessoais a que tenham acesso a terceiros, se o mesmo for necessário para a execução do Contrato, ou se for necessário para o

cumprimento de uma obrigação jurídica, como seja, o Tribunal de Contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

8. Os Outorgantes obrigam-se a adotar todas as medidas organizativas, técnicas e de segurança necessárias e adequadas para assegurar a confidencialidade, o segredo e a preservação dos dados pessoais a que tenham acesso por conta do contrato, na medida e na extensão necessárias ao efeito, seja qual for o suporte utilizado.

9. Com a cessação do contrato, o Segundo Outorgante, consoante a decisão da Direcção da Ordem dos Fisioterapeutas, obriga-se a devolver ou eliminar todos os dados pessoais tratados nesse âmbito, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida abrigo do direito da União Europeia ou da legislação nacional.

Cláusula Décima

(Vigência e produção de efeitos)

O contrato tem a duração de 12 meses, com início a 1 de abril de 2024, prorrogável por igual período, até ao limite máximo de 3 (três) anos sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além do seu término.

Cláusula Décima Primeira

(Cessação)

1. São causas de cessação do Contrato:

- a) O incumprimento;
- b) A impossibilidade objetiva permanente de cumprimento das obrigações contratuais, não imputável a qualquer das partes;
- c) Caducidade ou rescisão;

d) Nos demais casos, quer legal ou contratualmente previstos, quer impostos pelos competentes organismos oficiais;

2. O Contrato pode cessar por revogação por acordo escrito e assinada por ambas as Partes.

3. No caso de incumprimento ou cumprimento defeituoso, por qualquer das Partes, das obrigações que lhe assistem nos termos do presente Contrato, a Parte não faltosa pode resolver o presente Contrato, mediante um aviso prévio de 10 (dez) dias seguidos, caso a Parte faltosa não ponha termo à situação de incumprimento ou cumprimento defeituoso no prazo de 15 (quinze) dias seguidos, a contar da data de notificação escrita do referido incumprimento, salvo quando o cumprimento se tenha tornado impossível ou o incumprimento seja considerado grave. Nestes casos, o direito de resolução é imediato, desde que devidamente notificado por escrito à outra Parte.

4. O Primeiro Outorgante pode rescindir o contrato no caso de o Segundo Outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem e que afetem de forma substancial o normal funcionamento dos serviços.

5. Para efeitos do disposto no número anterior, constituem condições rescisórias, nomeadamente as seguintes:

- a) O estado de falência ou insolvência;
- b) A cessação da atividade;
- c) A falta de cumprimento, em devido tempo, das suas obrigações contratuais;
- d) A prática de atos com dolo ou negligência que prejudiquem quantitativa e qualitativamente a prestação dos serviços;

6. A decisão de rescisão carece da fundamentação, nos termos da lei geral, devendo decorrer de notificações e providência prévias, adotadas para se obter do Segundo Outorgante o cumprimento do contrato ou a justificação para o seu incumprimento.

7. A rescisão do contrato com base no disposto nos n.ºs 4 e 5 determina a perda total e não dá lugar a qualquer indemnização por parte do Primeiro Outorgante.

8. Para além dos casos previstos na lei, o Segundo Outorgante pode exercer o direito à

rescisão do contrato em caso de incumprimento pelo Primeiro Outorgante das suas obrigações contratuais.

9. Sem prejuízo dos números anteriores, o incumprimento por qualquer das Partes dos deveres emergentes do presente Contrato, confere à outra Parte o direito às correspondentes indemnizações legais.

Cláusula Décima Segunda (Comunicações)

1. As notificações ou comunicações escritas realizadas ao abrigo do presente Contrato, são enviadas por correio registado, e, quando exigido, com aviso de receção, por e-mail ou entregues em mão, nos seguintes termos:

a) Para: Ordem dos Fisioterapeutas

A/C: Bastonário da Ordem dos Fisioterapeutas

Professor [REDACTED]

Morada: LEAP Center- Espaço Amoreiras

Rua D. João V, n° 24 - 1.03; 1250-091 Lisboa

E-mail: geral@ordemdosfisioterapeutas.pt

Telefone: 210 415 932 / Telemóvel: 926 667 93

b) DIGISTEP Unipessoal LDA.

[REDACTED]

[REDACTED]

E-mail: info@digistep.io

TLM: +(351) 966 179 483

2. Para efeitos de realização da citação no âmbito de ação judicial destinada ao cumprimento de obrigações emergentes do presente contrato, são convencionadas as moradas indicadas no número anterior.

3. A alteração das moradas indicadas no n.º 1 da presente cláusula é comunicada à outra Parte, por carta registada com aviso de receção, nos 15 (quinze) dias subsequentes à respetiva alteração.

Cláusula Décima Terceira (Interpretação)

Em caso de divergência de interpretação dos vários documentos do Procedimento, prevalece em primeiro lugar o texto do Contrato, em segundo lugar o do Caderno de Encargos, e, por último, o da Proposta do Segundo Outorgante.

Cláusula Décima Quarta (Regime jurídico e foro)

1. O presente Contrato rege-se por disposições aplicáveis da Lei Portuguesa.
2. Para a resolução de qualquer litígio emergente do presente Contrato, as Partes elegem como foro competente o Tribunal da Comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula Décima Quinta (Adjudicação)

A adjudicação da presente prestação de serviços foi autorizada pela Primeira Outorgante, mediante delegação de competências na Administradora da Ordem dos Fisioterapeutas, em 07/03/2024. **Cláusula Décima Sexta**

(Gestores do Contrato)

O Gestor do presente contrato por parte do adjudicante será o Dr. 



Cláusula Décima Sétima

(Minuta)

O presente Contrato foi precedido de minuta aprovada por ambas as partes e objecto de Deliberação nº DL.5 da Reunião da Direcção nº156, datada de 25/03/2024.

Feito em duplicado, em Lisboa, 20 de março de 2024

Pelo Primeira Outorgante











Pelo Segundo Outorgante

